

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

VANESSA TURCHETI DA COSTA LEITE DE FREITAS



A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

VANESSA TURCHETI DA COSTA LEITE DE FREITAS

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Ida Hammerschmitt

CURITIBA
2014



A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

VANESSA TURCHETI DA COSTA LEITE DE FREITAS *

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar a importância da preparação e formação dos docentes que atuam em classes de ensino regular para o atendimento a alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), bem como, analisar o apoio ofertado pela rede Municipal de Ensino de Paranaguá. A inclusão dos alunos com NEE em classes regulares foi uma conquista muito significativa para o processo de inclusão educacional, mas o que se constata é que esse processo vai além da inserção física destes, pois é preciso garantir um ensino de qualidade, um atendimento especializado e ofertas de redes de apoio, para que de fato esta inclusão faça valer os direitos na legislação vigente. Este trabalho baseou-se num estudo bibliográfico e na entrevista aplicada aos professores procurando responder a seguinte questão: Qual a formação ofertada aos professores para o atendimento de alunos com NEE em classes regulares, e qual o apoio oferecido a eles para efetivação de uma prática educacional inclusiva? A pesquisa foi realizada em uma escola Municipal de Paranaguá. A pesquisa de campo articulada aos fundamentos teóricos evidencia que as práticas que cercam esse trabalho educacional, nem sempre estão de acordo com as Políticas de Inclusão. Evidencia-se também o avanço que ouve com relação à assistência e procedimentos tomados pela secretaria Municipal de Educação de Paranaguá em escola vinculada a esta rede de ensino.

Palavras chave: Inclusão, Formação de Docentes, Redes de Apoio

*Artigo produzido pela aluna Vanessa Turcheti da Costa Leite de Freitas, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Ida Hammerschmitt. E-mail: vantcleite@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história da educação no Brasil, pode-se dizer que muitos avanços ocorreram e conquistas significativas se consolidaram para a melhoria das escolas e permanência dos alunos nas instituições de ensino. Contudo, ainda há muito que fazer e questionar com relação à qualidade de ensino no País, principalmente quando se fala em educação inclusiva.

Ao analisar a história dos alunos com NEE¹ (Necessidades Educacionais Especiais), nos últimos anos constatou-se que há alguns anos, estes não tinham direitos garantidos em leis, tampouco acesso às escolas regulares, o que implicava, diretamente, na construção de suas identidades, sendo estes reconhecidos não pelo seu nome, mas pela deficiência que eram portadores.

Sabe-se que as pessoas com NEE, já conquistaram um espaço significativo e um olhar mais atento às suas necessidades e seus direitos como qualquer outro aluno da rede de ensino. Mas, não basta apenas garantir o acesso e permanência, o grande desafio das instituições e principalmente dos professores é a qualidade do ensino que será propiciado a estes alunos.

A condição para que a inclusão escolar se efetive, está diretamente relacionada ao professor, cujo objetivo não deve ser simplesmente o de transmitir conhecimento, mas também, propiciar condições para que este aluno possa aprender e socializar-se com os demais.

Neste sentido, é necessário pensar a formação do professor, que estará recebendo alunos com NEE em turmas regulares. Para tanto, questiona-se: Que formação os professores estão recebendo, de modo a efetivar uma educação inclusiva? Que apoio os educadores recebem das instituições de ensino? Que recursos e estratégias os professores utilizam para atender as necessidades especiais dos alunos?

A partir destas questões apresentadas, este trabalho de pesquisa tem como objetivo principal conhecer a real situação dos professores que estão lecionando em

¹ N.E.E -Expressão atual conhecida no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. (Tal denominação foi rapidamente difundida a partir da Declaração de Salamanca e é comumente utilizada pela amplitude e abrangência de sua aplicabilidade)

classe com alunos inclusos, bem como, analisar as possibilidades e dificuldades encontradas nesse trabalho, pontuando a relação das práticas pedagógicas adotadas no processo de formação. Nesse sentido, busca-se levantar questões sobre a qualificação e preparação dos educadores e quais os apoios ofertados para que este professor possa desempenhar seu papel da melhor maneira.

Compreender o processo de inclusão sob o viés da formação do professor é imprescindível, considerando-se a necessidade que se tem, de entender as especificidades de uma prática inclusiva.

Nesse contexto, a realização desta pesquisa é justificável por possibilitar a compreensão das necessidades dos educadores que estão dentro das salas de aula e por necessitar buscar subsídios teóricos e práticos que auxiliem a caminhada pedagógica voltada para a base que se inicia na Educação Infantil e anos iniciais.

Objetiva-se compreender a realidade do processo de formação dos professores que atuam com alunos que apresentam NEE. Nessa direção são delineados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o processo de formação dos professores para o atendimento dos alunos de inclusão e a visão do professor quanto à educação inclusiva;
- Averiguar quais os métodos utilizados nas práticas educativas, por meio da entrevista aos professores, os apoios que recebem para desenvolver o trabalho com o aluno com NEE, bem como os apoios que julgam necessário.
- Pesquisar fundamentos teóricos que embasem as dificuldades e possibilidades da inclusão com recurso pedagógico na Educação Infantil e anos iniciais.

Sabendo-se que o professor não é o único responsável pela inclusão escolar, e que este processo envolve esferas políticas e administrativas, faz-se necessária uma organização metodológica para investigar como está acontecendo este processo de forma conjunta e democrática, analisando qual a formação e apoio ofertado aos docentes.

Para alcançar o objetivo geral e demais objetivos específicos, busca-se conseguir as informações e dados necessários através da realização de pesquisa bibliográfica para aquisição de embasamento teórico, e pesquisa de campo para averiguação da prática, na qual foram entrevistados cinco professores do Ensino Fundamental da rede regular de ensino, todos situados na cidade de Paranaguá.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: O texto de introdução no qual se apresenta o trabalho, na seqüência a fundamentação teórica, onde são trazidos alguns dos autores qualificados na área para abordar o tema relacionado a formação continuada e a inclusão, histórico e conceitos de inclusão, a formação do professor e a educação inclusiva, as redes de apoio à educação inclusiva e o papel do coordenador pedagógico no processo de Inclusão. Contempla também a metodologia utilizada na busca de respostas aos objetivos estabelecidos, o trabalho de campo e o levantamento e reflexão dos dados coletados. Como parte final do artigo traz-se as considerações finais que objetivam contribuir na busca de respostas para os processos de inclusão nos espaços escolarizados.

2. A FORMAÇÃO CONTINUADA E INCLUSÃO

2.1 Histórico e conceito de inclusão

Quando se fala em inclusão é necessário repensar o processo de humanização de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática, uma vez que comumente se fala em inclusão, na atualidade, em função do processo histórico de exclusão a que muitas pessoas foram expostas.

A primeira vez que se preconizou o atendimento educacional às pessoas com deficiências no sistema de ensino, foi em 1.961 na L.D.B (Leis de Diretrizes de Base da Educação) 4.024/61 que aponta o direito dos “excepcionais” à educação preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Quarenta anos depois (2001) o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece em seus objetivos e metas, a educação dos estudantes com NEE em classes comuns esclarecendo que “a Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (PNE- Lei nº 10. 172/01 art. 208, III). O Plano Nacional segue a convenção de Guatemala (1999) e a Declaração de Salamanca (1994) que foram os marcos internacionais para Educação Inclusiva.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a partir da década de 90 do século passado vê-se de forma mais significativa, o movimento pró- inclusão cuja origem se

dá nos Estados Unidos e amplia-se chegando ao Brasil por volta de 2000 tendo o ápice no ano de 2008.

Assim, a partir do movimento da educação para todos, vem sistematizado na Declaração de Salamanca (1994) os princípios e estratégias para uma educação inclusiva. No documento, a inclusão assume uma amplitude maior da que comumente se difundia quando era articulada à inserção de pessoas com deficiência e passa a ser entendida como inclusão de toda e qualquer criança a ser efetivada pela possibilidade de aprendizagem. Acerca dessa temática Mantoan (2005) afirma,

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. (MANTOAN, MAIO 2005, p.24)

Contudo, há ainda, na Declaração de Salamanca, menção explícita acerca das crianças com deficiência conforme se pode analisar na seguinte citação: “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”. (UNESCO, 1994).

Pode-se afirmar que a partir da Declaração de Salamanca (1994) houve um grande desafio em assegurar a inserção de todas as crianças nas escolas regulares, sem exceção, independente das suas deficiências, condições físicas e limitações.

Apesar dos esforços legais e dos direitos documentados, sabe-se que na prática de sala de aula a inclusão implica num amplo trabalho no que se refere a sua efetividade dentre os diversos desafios. Incluir não é apenas possibilitar o acesso, implica em mudanças de todas as pessoas envolvidas, alunos, comunidade escolar, gestores e sociedade, requer uma nova visão e mudança de mentalidade, pois a inclusão não é responsabilidade de uma única pessoa e sim de todos os envolvidos, direta ou indiretamente no processo.

Nesta direção, Ramos e Barbosa(2011) afirmam que:

Para efetivar a inclusão é preciso que a escola se transforme, começando por desconstruir práticas de segregação, abandonando toda forma de discriminação contra pessoas com deficiências ou contra qualquer outro aluno. As diferenças enriquecem, ampliam, são necessárias porque

permitem a identificação e a diferenciação e, portanto, contribuem para o crescimento de todos os envolvidos no processo educacional (RAMOS; BARBOSA, 2011, p.10)

Um dos grandes benefícios que a inclusão traz para as pessoas que estão envolvidas e, principalmente, para os alunos, é viver com a experiência da diferença, vencer preconceitos e lidar com os próprios preconceitos que a sociedade apresenta, seja preconceito racial, econômico e outros.

Sendo assim a Declaração de Salamanca aponta,

Uma escola inclusiva deve ser o modelo da escola de qualidade, promovendo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos, independentemente de suas necessidades e possibilidades de aprendizagem, uma vez que é a escola a responsável por formar o cidadão e a ela que deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de aprendizagem (UNESCO, 1994, p.7)

Quanto à formação dos professores que atenderão os alunos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em seu Art. 2º determinam que os cursos de formação devam preparar o professor, entre outras dimensões, para atender e acolher todos que estão inseridos no processo de inclusão. Além disso, os currículos de formação docente devem apresentar conhecimentos referentes ao “conhecimento sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com NEE”.

A inclusão social e educacional é uma realidade que ganha espaço a cada dia, lutar pelos direitos igualitários e uma educação para todos, o que depende, principalmente, dos educadores, gestores e de uma sociedade consciente avessa a qualquer forma de exclusão, pois o direito a inclusão já existe, basta agora a luta para que a inclusão se efetive de fato.

2.2 A formação do professor e a educação inclusiva

O grande desafio da efetivação da inclusão escolar é eliminar a falta de preparo da maioria dos professores que estão atuando nas classes regulares, pois lhes falta uma formação fundamentada nos pressupostos da educação inclusiva.

Neste contexto, é necessário salientar a importância do professor como mediador dessa prática inclusiva, considerando que o País caminha vagarosamente para uma inclusão digna e capaz de assegurar todos os direitos previstos em lei.

Numa perspectiva inclusiva todas as escolas deveriam garantir acessibilidade, segurança, e qualidade de ensino para as crianças com NEE. Contudo, sabe-se que mesmo que as escolas não possam implantar todos os direitos previstos na lei, no que se refere à acessibilidade, o professor não pode se recusar a trabalhar com alunos de inclusão.

Para tanto, o professor precisará de todo apoio da equipe pedagógica, pois sozinho não poderá assegurar a efetivação e construção de uma educação com qualidade para todos, uma vez que todos os envolvidos deverão se preparar para a inclusão de alunos com NEE. Conforme aborda a Declaração de Salamanca, “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas” (UNESCO, 1994 p.27)

Isto implica que o professor precisará de uma formação básica necessária para atender certas especificidades desses alunos ou ter um conhecimento suficiente e poder lutar pelo direito de um auxílio e apoio para sua prática. Neste sentido, no Documento Subsidiário à Política de Inclusão do MEC/BRASIL (2005) consta:

Sabemos que um professor tampouco pode fazer diante da complexidade das questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo a constituição de uma equipe interdisciplinar que permita pensar o trabalho desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor (BRASIL, 2005, p. 9)

A partir desta citação, supõe-se necessária uma formação inicial de cunho teórico e prático para a compreensão do seu trabalho e assim construir sua própria autonomia. Neste sentido, é necessário que a formação e qualificação ofertada nas formações de docentes, atendam os alunos “normais” e os alunos com NEE. Geralmente, na formação de professores há uma grande preocupação com a parte teórica e didática, sem fazer conciliações com as práticas inclusivas.

Para isso necessita-se de uma preparação técnica adequada, pois, sem esta preparação esse apoio torna-se assistencialista deixando de lado o compromisso de desenvolvimento educacional e social.

Ainda, sobre a formação do professor, a Declaração de Salamanca (1994) demonstra uma preocupação em relação à formação dos professores para atuarem com alunos com NEE,

(...) garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviços como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas (UNESCO, 1994, p, 11)

Como se pode analisar a questão da formação do professor é um tanto polêmica e, conforme Mantoan (2006) aponta,

a necessidade de uma modificação nos currículos em todos os níveis nos cursos de formação de docentes, de modo que todos os professores possam discutir e adequar suas práticas educativas a partir das deficiências que encontrar e ter uma noção básica para o melhor atendimento aos alunos com NEE, (MANTOAN 2006, p.30).

Neste sentido, os professores das classes regulares não necessitam tornar-se especializados para o atendimento a este aluno, pois em todas as escolas torna-se obrigatório o atendimento educacional especializado, como aponta a Política Nacional para a Educação Inclusiva,

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (MEC, 2008, p.15)

Para que o professor possa atender estes alunos com NEE, é necessário um conhecimento prévio sobre a deficiência que apresenta o educando, e assim efetivar uma prática coerente, eficiente e que atenda as necessidades básicas e educacionais.

Mesmo que o atendimento educacional especializado seja um direito do aluno, não substitui as aulas em turmas regulares, portanto, se o educador tiver um conhecimento com relação à deficiência de seus alunos em sala de aula, o trabalho e atendimento serão bem planejados e fundamentados, juntamente com o profissional que fará o apoio.

Dentro desta abordagem, Mantoan (2005) aponta que, “o papel do professor é ser regente de classe, e não especialista em deficiência. Essa responsabilidade é da equipe de atendimento especializado. Não pode haver confusão” (MANTOAN, 2005 p.58).

2.3 Redes de apoio à educação inclusiva

Fazer valer os direitos à educação especial no Brasil pela implantação de políticas inclusivas é um dos grandes desafios das pessoas e das instituições envolvidas no processo. No entanto, não basta apenas garantir acesso e permanência nas redes regulares de ensino, os deficientes necessitam também de atendimento fora das instalações da escola. É preciso garantir atendimento à saúde, especialistas nas áreas de suas deficiências, alimentação e condições de acessibilidade.

Faz-se necessário repensar as políticas públicas para inclusão, de modo a atender às especificidades dos alunos com NEE. A maior parte deles necessita de apoio e atendimento especializado e recursos que garantam um melhor rendimento escolar. Necessitam também de pleno desenvolvimento físico, mental e comportamental.

Nesse sentido, como se pode constatar nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, faz-se necessário a organização das classes comuns com efetivação de:

(...) profissionais como psicólogos e fonoaudiólogos, por exemplo, itinerância intra e interinstitucional e outros apoios necessários, à aprendizagem, a locomoção e a comunicação: em salas de recursos, nas quais o professor de educação especial realiza a complementação e/ou a suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos.(MEC, 2001, p. 48).

A concretização de uma política de inclusão educacional fundamentada nos princípios da lei garante, aos alunos com NEE, apoio dos professores das classes regulares e dos especialistas, Redes de apoio que tenham como propósito atendimento de qualidade e que garantam assistência e atendimento em todas as áreas da saúde.

A compreensão e implementação que se faz a partir das Redes de Apoio, em consonância com o Documento Subsidiário à Política de Inclusão apresentam os seguintes princípios norteadores,

1. Ampliação da meta constitucional de municipalização das políticas públicas; 2. Sustentação da política de inclusão que inclua a dimensão da interdisciplinaridade em seus fundamentos metodológicos. O aprofundamento do processo de inclusão social, neste momento, implica retirar a discussão da tradicional polarização entre “estratégias clínicas”, ao encargo da saúde versus “estratégias pedagógicas” ao encargo da educação; 3. Reorganização da função da escola e da saúde no processo de aprendizagem e socialização para além dos limites instituídos, em que à primeira cabe a informação e a segunda o tratamento das deficiências; 4. Enfrentamento da exclusão social de pessoas com deficiência que implica em saberes, formações e estruturas das instâncias administrativas para uma gestão colaborativa que exige uma ressignificação do papel do Estado na implementação das políticas. (MEC, 2005, p. 45)

É possível compreender, a partir dos Documentos Norteadores, que a inclusão escolar defendida e proposta pelas leis implantadas em nosso País, deixam claro a preocupação em assegurar o acesso, permanência e a educação dos alunos com NEE, a partir de um ensino mais descentralizador e democrático, garantindo às pessoas em condição de deficiência um tratamento digno em seu processo de aprendizagem e socialização, longe de uma escola carregada de preconceitos e exclusão.

Pode-se analisar que o atendimento aos alunos com NEE, vai além das necessidades educacionais necessárias na escola, as Políticas de Educação Inclusiva garantem também a capacitação de profissionais da saúde especializados, atendimento médico e assistência social para as famílias desses alunos. Portanto, como assinala o Documento Subsidiário à Política de Inclusão, as Redes de apoio têm como função,

...ampliar a atenção integral a saúde do aluno com NEE, assessorar as escolas e às unidades de saúde e reabilitação; formar profissionais de saúde e educação para apoiar a escola inclusiva; assessorar a comunidade escolar na identificação dos recursos da saúde e da educação existentes na comunidade e orientar quanto à utilização desses recursos; informar sobre a legislação à atenção integral ao aluno com NEE e sobre o direito a educação e sensibilizar a comunidade escolar para o convívio com as diferenças. ”(MEC, 2005, p.46)

A atuação de Redes de Apoio, constituem-se em políticas afirmativas essenciais para uma educação inclusiva, pois serve como um norteador das práticas

escolares, assessora, auxilia e orienta professores e gestores na construção dessas práticas inclusivas. Além disto, propõem um trabalho conjunto à família dos alunos com NEE, dando toda orientação e acompanhamento necessário para que os direitos sejam devidamente assegurados.

O Documento Subsidiário indica que profissionais farão parte das Redes de Apoio (equipe interdisciplinar) indicando-os como profissionais qualificados e especializados em atendimento aos alunos com NEE, que pode ser constituído por: pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, agentes comunitários e conselheiros tutelares. Para a concretização das ações do trabalho desses profissionais, o Documento esclarece que cabe ainda,

Investigar e explorar os recursos da comunidade a fim de articular os serviços especializados existentes na rede de educação e saúde às necessidades específicas dos alunos com NEE; b. Desenvolver estratégias de parcerias entre as diversas instituições com trabalho social e comunitário, governamental e não governamental; c. Realizar visitas domiciliares para auxiliar no acesso e permanência do aluno com NEE na rede regular de ensino; d. Acompanhar o processo de aprendizagem do aluno com NEE, favorecendo a interlocução dos segmentos da comunidade escolar; e. Articular a mediação entre a sala de aula com o atendimento educacional especializado, o atendimento clínico, a rede de assistência e a família. (BRASIL, 2005, pg.48)

Contudo, é necessário ressaltar que os esforços da lei, de toda a comunidade escolar e das equipes que formam as redes de apoio, são importantes para a efetivação de uma educação para todos e mais centrada no aluno com NEE, que dependem exclusivamente de uma política educacional e de recursos vindos das esferas governamentais, que por sua vez, nem sempre cumprem com o compromisso de assegurar os direitos que permeiam a educação inclusiva. Exigindo assim, um maior comprometimento dos envolvidos, lutando pelos direitos dos alunos, e fazendo valer o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que: “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”, (BRASIL, 1988)

2.4 O papel do coordenador pedagógico no processo de inclusão

O atendimento educacional especial é um processo no qual toda a comunidade escolar precisa ser incluída e preparada para que possam atender alunos com NEE.

Quando a escola recebe um estudante com NEE, é necessário preparar o ambiente desde suas estruturas físicas até a formação dos profissionais da instituição, e principalmente auxiliar os docentes que atenderão as necessidades de seus educandos em suas práticas pedagógicas, oferecendo todos os recursos necessários para estes alunos.

Neste contexto, Mantoan (2004) afirma que:

Aquilo que é necessariamente diferente do ensino escolar, para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, o que inclui, principalmente, instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo. Por exemplo: o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código Braille, uso de recursos da informática e outras ferramentas tecnológicas, além de linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas comuns para que elas possam atender com qualidade aos alunos com e sem deficiência (MANTOAN 2004 p.8)

Este suporte deverá ser ofertado principalmente por toda equipe pedagógica e gestores da instituição, bem como solicitado as secretarias de educação e órgãos responsáveis para garantia da oferta desses recursos. Diante dessa temática Mantoan (2005) acrescenta que,

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, gestores, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2005 p.5)

Numa perspectiva educacional inclusiva, pretende-se alcançar uma prática inovadora, o que se consolida por meio de novas ações e formas de trabalho com o conhecimento, para que o aprendizado aconteça de uma forma participativa e democrática, sendo necessário o envolvimento de toda equipe educacional escolar, numa perspectiva de que a inclusão não será apenas dos alunos, e sim de todos os envolvidos nesse processo. O envolvimento da comunidade escolar nas questões vinculadas às necessidades educacionais especiais encontradas dentro das salas de

aula é uma forma de somar para um melhor resultado para o alunado e colaborar com os docentes diante os desafios.

Entende-se assim que, a inclusão escolar não acontecerá se não houver esta integração entre aluno, professor, coordenador pedagógico, direção, família por meio de órgãos colegiados. Destaca-se que:

A inclusão de alunos com NEE, em classes comuns do ensino regular, como meta das políticas de educação, exige interação constante entre professor da classe comum e os serviços de apoio pedagógico especializado... (MEC, 2001, p.50).

Essa citação reforça assim que a educação inclusiva não está somente nas mãos dos professores, mas é responsabilidade de toda equipe pedagógica, gestores, alunos e funcionários, começando por aqueles que recebem o aluno no portão da escola até os órgãos mais competentes das redes de ensino.

Ter um aluno com NEE nas redes regulares de ensino propicia um ganho de valores inestimáveis e faz com que as atitudes de exclusão e preconceitos possam ser bem trabalhadas e desenvolvidas. Sobre este aspecto cabe destacar aqui, uma análise de Mantoan (2005) na qual a autora aponta que,

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. (MANTOAN, 2005 s/p)

A inclusão dos alunos com NEE veio para acrescentar conceitos no dia a dia daqueles que estão envolvidos no processo, além de garantir o acesso e permanência dos “diferentes” nas redes regulares de ensino.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.

Os sujeitos que participaram desta pesquisa foram cinco professores que atuam em classes regulares e atendem alunos com NEE em uma instituição pública no Município de Paranaguá, na qual a pesquisadora atua na coordenação

pedagógica. Todas as pessoas que contribuíram, terão suas identidades preservadas e serão identificadas com nomes fictícios. Nesse sentido, o quadro abaixo contempla nomes fictícios, porém, dados profissionais reais dos docentes que participaram deste processo:

	Graça	Léa	Suzi	Neuza	Sathi
Idade	32 anos	42 anos	26 anos	23 anos	27 anos
Qualificação profissional	Graduação em Pedagogia/ Pós-graduação em Supervisão Escolar.	Graduação em Letras-Português e Respectivas Literaturas.	Graduação em Pedagogia/ Letras/Pós-graduação em educação especial.	Graduação em Educação Física	Graduação em Pedagogia/Pós-graduação em psicopedagogia.
Turmas que atuam	2º ano, fundamental I	1º ano, fundamental I	2º ano, fundamental I	3º 4º e 5º ano, fundamental I.	1º ano, fundamental I
Tempo de trabalho	10 anos	25 anos	5 anos	3 anos	4 anos
Tempo de relacionamento com os alunos com NEE.	Já fazem dois anos seguidos que trabalho com alunos com NEE.	Durante todos esses anos de trabalho, já tive muitos alunos com diferentes tipos de necessidades	Este é o primeiro ano que trabalho com aluno especial.	Dois anos que trabalho em turmas com inclusão.	É a primeira vez.

Com o objetivo de analisar a visão do professor com relação ao assunto e outras questões que envolvem o processo de inclusão dos alunos com NEE, foi elaborada a seguinte questão: O que você entende por educação inclusiva? Graça responde: “é aquela que recebe seus alunos reconhecendo suas especificidades diante do processo educativo e buscando a plena participação de todos, através de práticas e estratégias pedagógicas”

Enfatiza assim o comprometimento de toda comunidade escolar para que haja uma prática de inclusão bem elaborada e que atenda as necessidades individuais de cada aluno. Neste sentido, Guebert (2010) afirma que:

A escola para ser inclusiva tem que ter um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições. E isso vale para estudantes com deficiência ou não. (Guebert, 2010 p. 69).

Este trabalho coletivo é de fundamental importância para o processo de inclusão escolar. Para Léa, a inclusão “é a oportunidade para realizar um processo de Aprendizagem participando coletivamente, onde todos participam, crescem e se desenvolvam”.

Além do trabalho coletivo, tornam-se indispensáveis informações e conhecimento sobre as práticas educacionais adequadas e capazes de garantir uma educação inclusiva para todos e as intenções que as políticas de inclusão apresentam. Ainda nesse sentido, a educadora Suzi, afirma que educação inclusiva é, “a realização da inserção dos alunos com deficiência nas escolas regulares” .

Mas para atender as necessidades educacionais de alunos que apresentam alguma deficiência, faz-se necessário informações e formação adequada dos profissionais envolvidos, que atendam tais necessidades. Para questionar esta preparação solicitamos aos educadores que analisassem sua própria formação em relação à inclusão. O que para a educadora Neuza é, “(...) precária, pois não contamos com nenhum tipo de formação adequada para esse atendimento. Devemos pesquisar sobre as necessidades dos alunos inclusos em nossas salas”.

Para discutir sobre os desafios encontrados diante do processo de inclusão pelos professores das classes regulares, elaborou-se a seguinte questão, como você analisa a condição de ser professor de um aluno de inclusão? Diante da resposta obtida, observa-se que este processo é mais complexo do que se imagina, Graça afirma não ser uma tarefa fácil, “gera muita insegurança, pois exige mudança de postura e é necessário buscar novos conhecimentos e novas possibilidades”.

A complexidade aumenta quando a escola não conta com professores de apoio nem redes de apoio, pois o professor se apresenta alienado diante da situação, podemos verificar a partir da fala da entrevistada Suzi quando analisa sua condição perante a inclusão: “muito difícil, ainda mais quando não temos o apoio suficiente, pois acredito que além dos alunos, os professores necessitam de auxílio e ajuda para lidar melhor com esses alunos”.

Pela grande demanda de matrículas de alunos com NEE na rede regular de ensino, cada vez mais se revela a falta de preparo dos professores. Estes destacam em suas falas que não tiveram como se preparar, assim como outros profissionais que teriam que estar dando apoio a estes professores sem preparação.

Neuza é uma professora que mencionou ser privilegiada por ter conhecimentos relacionados à inclusão. Relata que se preocupa com a formação de todos e apesar de exigir empenho e dedicação, sabe os benefícios que a inclusão pode gerar, por isso, sempre que possível procura se informar sobre as deficiências de seus alunos. Pois para ela ser educadora na perspectiva da inclusão “é uma tarefa que exige muito empenho e dedicação, porém é gratificante ver como a inclusão colabora na formação social dos outros alunos e até mesmo na nossa, e assim ganhamos todos”.

Porém, infelizmente não se observa este preparo em relação a todos os professores entrevistados. A professora Sathi comenta que: “o processo de inclusão é muito complicado, quando recebi o aluno especial, tive vontade de abandonar a sala, me senti impotente e frustrada com o meu trabalho, pois não sabia como lidar com a situação e continuo tendo dificuldade em lidar com o aluno, não tive formação acadêmica para trabalhar com alunos especiais”

A partir dos dados levantados nas entrevistas de professores que estão atuando na rede regular de ensino com alunos com necessidades educativas especiais, das cinco entrevistadas, observou-se que nenhuma afirma ter recebido formação adequada. No entanto, essas profissionais assumem a necessidade de formação para adequar suas práticas para um melhor atendimento aos alunos inclusos. Esta formação continuada torna-se essencial como mostra o Documento Subsidiário do MEC (2005, p.21), “a formação dos profissionais da educação é tarefa essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar”.

Um aspecto bastante sério e que tem dificultado os processos de inclusão é o fato de que os cursos de formação inicial de professores ainda não adequaram ou modificaram suficientemente seus currículos para atender a essa necessidade. Nessa direção, a formação inicial precária, articulada à ausência de capacitação para professores das redes regulares fica clara a partir das entrevistas realizadas onde a preocupação dos mesmos em se preparar para atender da melhor maneira

os alunos se faz presente. Para Léa “este tema é mais recente, mas a prática me leva a buscar a qualificação constante”.

A formação dos professores tem sido um dos principais desafios encontrados, neste processo de inclusão, pois, a falta de conhecimentos e informações sobre as deficiências, e conseqüentemente das práticas necessárias às individualidades com o fim de saber lidar com as dificuldades dos alunos com NEE. A ausência de formação, na maioria das vezes, é causa das frustrações, desânimo e problemas de saúde apresentados pelos educadores.

Além dos alunos inclusos, as classes escolares estão, com frequência, super lotadas, e entre elas existem crianças e adolescentes que carregam dificuldades no aprendizado, problemas financeiros, sociais e familiares. Diante essa problemática, revela-se ainda, a fala e a prática, de gestores e educadores que dizem que a inclusão escolar não poderá propiciar atendimento adequado que supra as necessidades educacionais de determinados alunos, posicionando-se contra a inclusão desses alunos em redes regulares.

Para Mantoan (2005), essa realidade se faz presente, pois, muitos continuam acreditando que o melhor é excluir e manter as crianças em escolas especiais, com ensino adaptado.

No entanto, já se avançou muito e Mantoan (2005) destaca que os portadores de necessidades educativas especiais têm o direito de ir para a escola regular. A autora considera que estamos num processo de conscientização (MANTOAN, 2005,). Esse processo de conscientização, citado pela autora, deverá acontecer de modo que toda sociedade possa entender os benefícios causados pela inclusão.

Outras possibilidades apontadas pelos professores entrevistados, também poderão contribuir para que nossa educação e o processo de inclusão educacional cresçam cada vez mais. As possibilidades apontadas pela educadora Graça, durante a entrevista, referem-se ao fato de que a “interação social, mostra que todas as crianças têm aptidões e capacidades, é necessário existir o respeito às diferenças”. Nesse sentido, observa-se que o convívio com as diferenças faz com que os alunos e envolvidos tenham um ganho significativo e aprendam a lidar melhor com seus próprios limites, preconceitos e “crescimento pessoal dos envolvidos” segundo Suzi. A entrevistada Neusa, assinala que é preciso “uma escola mais democrática e o direito dos alunos com necessidades assegurado”

A efetivação da inclusão necessita de políticas afirmativas direcionadas à formação dos professores com a finalidade de auxiliarem nas adequações das práticas pedagógicas do professor e, além disso, a articulação entre os serviços de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Nesse contexto, acrescenta Guebert (2010):

[...] vale ressaltar que o professor é um agente fundamental no processo de inclusão. Contudo, ele precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusiva. (GUEBERT, 2010, p.77).

É importante ainda considerar que as políticas afirmativas, na superação da exclusão, estabeleçam-se e consolidem-se por meio de princípios da gestão democrática, onde haja comprometimento de todos no processo inclusivo, pois, desse modo à responsabilidade assumida, diante uma ampla mudança na educação poderá ser dividida com todos membros participantes do processo educativo inclusivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetiva contribuir para uma análise mais detalhada da realidade da educação especial no que tange aos processos de formação continuada dos professores que atuam no ensino fundamental da educação básica.

Percebeu-se que a temática ganhou importância com o passar dos anos, e notou-se que o atendimento educacional especializado já é uma realidade em algumas escolas municipais no município de Paranaguá.

Constatou-se, também, que há muito a melhorar, pois sabe-se que os caminhos percorridos pela educação, são longos e o processo de inclusão segue o mesmo ritmo.

Considera-se que para que se possa alcançar este novo perfil que a inclusão educacional coloca, é necessário estar abertos a novos conhecimentos e buscar aprimorar-se para que o atendimento a esses alunos esteja de acordo com suas necessidades. É importante superar a insegurança de forma que a mesma não impeça o progresso dos educadores. Entendendo que a educação escolar pode

preparar, libertar e transformar os sujeitos para que possam vencer os paradigmas, arcaicos perpetuados na sociedade.

Considera-se também que a inclusão educacional é um fator importante na busca da transformação da sociedade, e a preparação dos docentes que estão envolvidos nesse processo é sem dúvida imprescindível. Por isto justifica-se a necessidade de mudanças no currículo de formação dos educadores, capacitação e melhores condições para esse atendimento.

A partir desse estudo, compreende-se que faz-se necessário o comprometimento de todos os envolvidos no processo de inclusão educacional, para que os direitos legais que perpassam a inclusão sejam garantidos e desta forma teremos a certeza da concretização de uma inclusão educacional que atenda a todos de maneira qualitativa e igualitária.

Para responder as questões levantadas no início deste trabalho, aponta-se considerações a partir dos estudos e pesquisa realizada. Conclui-se que o professor tem muito a ver com a inclusão, e que ela só acontecerá efetivamente com o envolvimento destes. Assim, precisa acontecer mudanças urgentes na formação dos docentes para o atendimento aos alunos com NEE, o que ainda não acontece e acaba implicando em uma “exclusão” tanto de professores e quanto de seus alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Aspectos das falas das entrevistadas possibilitam considerar que há uma preocupação imensa em fazer com que os alunos com NEE, sejam incluídos nesse sistema educacional, que relegou ao esquecimento, incluir a “peça chave” para que esse processo de inclusão se efetive. Ou seja, não investiu-se o suficiente em formação continuada e pouco tem-se investido em formação inicial dos educadores: professores e gestores escolares.

Acima de tudo, compreende-se que, em meio ao percurso e aos percalços da inclusão, é preciso lutar para que os currículos de formação docente se modifiquem e as autoridades cumpram com o papel de ofertar qualificação para todas as pessoas que estão envolvidas na inclusão, principalmente, os educadores e gestores.

Na condição de coordenadora pedagógica, ao analisar e acompanhar, as práticas educativas das professoras entrevistadas, destaco que, mesmo que estas não compreendam sempre, as necessidades educacionais dos alunos, elas se

comprometem com o aprendizado, procurando novos recursos e estratégias para desafiar seus alunos, impulsionando-os às aprendizagens significativas necessárias em prol do desenvolvimento integral, buscando evidenciar as potencialidades e não as limitações dos discentes.

Considera-se relevante que o fato dos educadores não estarem suficientemente preparados para a inclusão, torna o processo dificultoso e moroso.

Contudo, é fato que a educação inclusiva veio para acrescentar e mostrar para a sociedade que os alunos, com NEE, são dignos de receber um atendimento educacional “igual” ao que os demais recebem, desenvolvendo suas capacidades dentro de uma perspectiva social de inclusão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília:MEC/SEESP, 2008.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERAL, Texto promulgado em 05 de outubro de 1.988 – Brasília 2010. DISPONÍVEL EM: <http://www.tse.jus.br/hotSites/biblioteca/corujita/arquivos/Artigo>

DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE EDUCAÇÃO, Secretaria de educação Especial – 2005. DISPONÍVEL EM: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao>.

FÁVERO, Eunice. A.G; MANTOAN, Maria. Tereza. E. **Aspectos Legais e Orientação Pedagógica**, SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. DISPONÍVEL EM: http://www.afadportoalegre.org.br/left_bibliografia/livro_aee.

GUEBERT, Mirian. Célia. C: **Inclusão: Uma Realidade em Discussão**. Editora: IBPEX 2010

MANTOAN, Maria. Tereza. E: **O que é Inclusão Escolar?** Entrevista Publicada na revista Escola. DISPONÍVEL EM: <http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>

MEC. **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**, MEC- Brasília MEC - SEEDSP 2001. DISPONÍVEL EM: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes>

RAMOS, Livia e BARBOSA, Marlene R. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**. Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG, março de 2011.

UNESCO. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais** – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994. DISPONÍVEL EM: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca>